

# **A CRÍTICA DA “CENTRALIDADE” DO TRABALHO E DA TEORIA DO VALOR TRABALHO NA ABORDAGEM DE HABERMAS**

**FÁBIO MARVILLE BUENO<sup>1</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

A construção da noção de “centralidade do trabalho” nas Ciências Sociais respondeu ao desenvolvimento de dois processos concomitantes, ambos de caráter expansivo. No âmbito histórico, a partir do final do século XIX, a relação de trabalho própria do capitalismo, fundada no binômio mercantilização da força de trabalho e propriedade privada dos meios de produção, ganhava uma propagação mundial, passando a figurar como um princípio organizador fundamental das relações sociais. No âmbito teórico, a dimensão trabalho passava à condição de tema de grande destaque na constituição das Ciências Sociais, presente já nos clássicos da Sociologia, perpassando as discussões da ascese protestante e da racionalização em Weber, das formas de solidariedade orgânica e mecânica em Durkheim, e principalmente a construção da Teoria do Valor Trabalho (TVT) de Marx.

A partir da década de 1960, o Mundo do Trabalho que embasara a constituição da noção de “centralidade do trabalho” começou a ser alterado. No plano histórico, a chamada crise estrutural dos anos 1970, que põe fim à era dourada de crescimento nos países do centro capitalista, junto ao desenvolvimento e à internacionalização das finanças, inaugura um período cuja acumulação

---

**1** Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: fmbuenobr@yahoo.com.br

de capital traz grandes mudanças, abarcando desde a estrutura ocupacional e o deslocamento da força de trabalho da indústria em direção as atividades de serviço, passando por novas formas flexíveis de organização e engajamento da força de trabalho no processo produtivo, chegando a uma elevação estrutural das taxas de desemprego. Este conjunto de mudanças minava o tipo de trabalho que sustentara a construção da "noção de centralidade do trabalho".

No âmbito teórico, o desenvolvimento da reflexão sociológica ampliou os objetos e processos investigados com vista a contribuir na explicação da sociabilidade moderna. Surgiram e se consolidaram novas áreas de interesse, como a interação simbólica, cultura, raça e gênero, muitas das quais negavam ao trabalho o *status* de dimensão relevante para suas reflexões. Com isso, o trabalho perdia peso relativo na produção teórica sociológica, e a vertente marxista mostrava-se uma das poucas a sustentar reflexões com a categoria trabalho.

Nesse contexto histórico e acadêmico, surgiu uma série de críticas voltada não só à categoria "centralidade trabalho", mas também à forma específica pela qual a categoria vinha se sustentando na literatura, a Teoria do Valor Trabalho de cunho marxista.

Dentro deste conjunto de críticas, merece destaque a reflexão do sociólogo Jurgen Habermas, um dos poucos autores que articula uma argumentação clara, consistente e transdisciplinar que reúne aspectos filosóficos, políticos, sociológicos e antropológicos na crítica à "centralidade" e à TVT, conseguindo uma ampla repercussão acadêmica cuja influência se estendeu indiscutivelmente à atualidade.

Uma série de processos históricos recentes alteram substancialmente o contexto que embasou as críticas à "centralidade" à TVT. Primeiro, uma intensa disseminação das relações de propriedade privada dos meios de produção e de mercantilização da força de trabalho por sociedades que não as apresentavam (leste

européu e sudeste asiático), eleva o número mundial de trabalhadores e assalariados. Segundo, grandes mudanças na organização dos processos de trabalho dissolveram a separação entre os tempos de trabalho e não trabalho e propiciaram formas de opressão como o assédio moral. Terceiro, uma diminuição das taxas de desemprego durante a década de 2000 pelo mundo, ao lado do aumento da participação relativa das ocupações temporárias, parciais e precárias.

Tal quadro histórico recoloca na agenda novamente o trabalho como categoria de interesse teórico, bem como um balanço sobre a vigência das críticas de Habermas dirigidas à “centralidade” e à TVT. Mais do que um confronto das formulações de Habermas com a realidade histórica hodierna, interessa-nos destacar os pressupostos sob os quais a formulação habermasiana se assenta para criticar a “centralidade” da categoria trabalho, mostrando suas limitações. Concentraremos nossa atenção na argumentação desenvolvida em Habermas (2001, 1972, 1983 e 1987).

Para tanto, o texto está organizado da seguinte maneira: após esta Introdução, discutiremos as críticas à “centralidade” do trabalho, bem como a relação da última com a TVT, seguida de uma síntese da argumentação de Habermas, para então levantarmos algumas críticas ao enfoque habermasiano e tecer as considerações finais.

## CRÍTICAS, TEORIA DO VALOR E “CENTRALIDADE” DO TRABALHO

Podemos agrupar o conjunto de críticas tecidas a partir da década de 1960 a noção de “centralidade do trabalho” em três eixos ou estratégias de argumentação.

Uma primeira sugere a diminuição da presença do trabalho na vida cotidiana, implicando na perda de relevância teórica desta

dimensão na explicação e interpretação da sociabilidade hodierna. Tal diminuição assumiria tanto uma forma negativa de aumento das taxas de desemprego (OFFE, 1991), como positiva (GORZ, 1982), ligada ao aumento da produtividade do trabalho na produção das condições materiais de vida, gerando a possibilidade de um maior tempo de não trabalho (postergação da entrada no mercado de trabalho, diminuição da jornada de trabalho etc.).

Uma segunda estratégia de argumentação ressalta o crescente aumento de importância da Ciência e da dimensão simbólica e cognitiva das atividades laborais como principais forças produtivas (HERSCOVICI, 2006; JAROS; SELLS, 2004). Isto alteraria as bases qualitativas do Trabalho Social de tal forma que invalidariam a noção de "centralidade" do trabalho, forjada sob condições históricas de produção anteriores à emergência do trabalho imaterial.

A terceira estratégia de argumentação questiona o papel do Trabalho Social na constituição histórica da própria espécie ou gênero humano (HABERMAS, 1983), apoiando-se em um enfoque antropológico que atribui a diferenciação humana dentro dos grupos de homínídeos ao desenvolvimento da dimensão simbólico comunicativa.

Ao assumirem que o trabalho i) perde relevância na organização da sociedade, ii) deixa de ser a principal força produtiva da sociedade capitalista, e iii) não se mostra relevante para a constituição do gênero humano, tais estratégias de argumentação desdobram-se, conscientemente ou não, em críticas à Teoria do Valor Trabalho.

A Teoria do Valor Trabalho busca entender como se realiza a distribuição do esforço social para a reprodução material da sociedade (FOLEY, 2000). A TVT assume o Trabalho Social não só como a principal força produtiva da sociedade capitalista, mas também como elemento-chave para explicar dimensões

políticas e sociais (relações de produção, formas de propriedade e configurações de classes sociais) dessa sociedade. Tal importância é particularmente intensificada na vertente marxista<sup>2</sup>, já que o trabalho mostra-se o alicerce para conceitos como exploração, capital, subsunção e taxa de lucro, dentre outros.

É importante ressaltar que, apesar de compartilharem a categoria trabalho como ponto de partida, a noção de “centralidade” e a TVT versam sobre dimensões distintas, ainda que complementares. Enquanto a “centralidade” versa sobre a influência do Trabalho Social na definição da sociabilidade<sup>3</sup>, desdobrando-se em importantes dimensões subjetivas – questões ético normativas, identitárias, cooperativas e de interação – a TVT foca, prioritariamente, a reprodução material da sociedade e o papel do Trabalho Social neste processo, ou seja, mostra como as relações de produção do modo de produção capitalista influenciam a reprodução material da sociedade. O enlace teórico entre “centralidade” e TVT acontece na dimensão de mercantilização ou proletarianização da força de trabalho. A proletarianização, por um lado, seria portadora um suposto potencial emancipador revolucionário na interpretação marxista, justificando a centralidade da categoria pelo potencial político a ela atrelada. Por outro lado, é justamente a proletarianização que proporciona o trabalho abstrato e a mais-valia necessária para a valorização do capital, pois é a partir desta condição que se passa a vender a força de trabalho explorada pelo capital. Sendo assim, a TVT necessariamente opera com as categorias trabalhador/proletário e

---

**2** Na discussão da teoria do valor, são passíveis de identificação outras correntes ou escolas teóricas, a saber: a chamada escola marginalista neoclássica, que se apoia na teoria do valor utilidade; a ricardiana, com a chamada abordagem do excedente; e a sraffiana com o enfoque eminentemente físico do valor.

**3** “A constituição do trabalho como um valor central da vida está ligada à firme convicção de que todos os membros capazes de uma sociedade tem a finalidade de trabalhar, devem trabalhar e, por fim, deveriam também gostar de trabalhar. O impulso para o trabalho resulta da necessidade de proporcionar meios de sobrevivência. A obrigação de trabalhar fundamenta-se em valores e normas que colocam o trabalho na base de uma vida plena de significado. A disposição para trabalho resulta não só desse conjunto mas também da expectativa de que os objetivos primordiais da vida pessoal podem ser alcançados mediante o esforço individual.” (SILVA, 1995, p. 181).

capitalista/burguês, e pressupõe uma sociabilidade assentada na "centralidade" do trabalho. Isto implica que as críticas à "centralidade" afetam, direta e indiretamente, a pertinência de uma Teoria do Valor baseada no trabalho.

## A CONSTITUIÇÃO DA CRÍTICA AO TRABALHO EM HABERMAS

A reflexão de Habermas apresenta a peculiaridade de dialogar com a tradição filosófica alemã, estabelecendo interlocução com a obra de autores como Kant, Fichte, Schelling, Hegel e Marx. Em nossa leitura, Habermas busca acompanhar, no intenso debate da tradição filosófica alemã, o desenvolvimento conceitual do Homem, enquanto espécie capaz de produzir sua própria história, e da Sociedade, entendida como expressão dessa capacidade. Tal acompanhamento ocorre em dois planos teóricos. O primeiro é a construção das ideias de Homem e Sociedade como categorias gerais ou universais, capazes de permitir toda uma reflexão sem a necessidade de se referir a quaisquer especificação de contexto histórico. O segundo plano, intimamente ligado ao primeiro, são as dimensões que a universalidade do conceito de Homem e Sociedade carregam no decurso do debate filosófico alemão.

Desse acompanhamento do debate filosófico alemão, Habermas herda uma preocupação constante, dirigida à Intersubjetividade e ao Trabalho Social como dimensões constitutivas da generalidade e universalidade do Homem e Sociedade (HABERMAS, 1972; 2001), sendo que nosso autor estabelece, no decorrer de suas reflexões, uma importante hierarquia entre Intersubjetividade e trabalho, em favor da primeira.

Para Habermas, a intermediação com a Natureza, o atendimento das necessidades básicas e principalmente a possibilidade de manifestação e objetivação da Vontade por meio do trabalho Social, apesar de necessário para a sustentação da universalidade das categorias Homem e Sociedade, mostram-se insuficientes

para que o Homem consiga produzir sua própria História de forma consciente e emancipatória, visto que o Trabalho Social traria uma possibilidade de estranhamento e alienação intrínseca.

Nos parece que é esta a questão filosófica que conduz Habermas a criar uma hierarquia entre Intersubjetividade e Trabalho Social, encarando a primeira como o lócus do qual a Vontade e a própria capacidade de produzir a História partiriam, bem como a possibilidade de reconhecer e superar a alienação imputada ao Trabalho Social. Consequentemente, a necessária expressão da intersubjetividade na dimensão simbólica da linguagem traz as bases para a abordagem da Teoria da Ação Comunicativa.

Mas quais seriam as raízes do caráter alienante que o Trabalho Social assume em Habermas? Honneth (2009) é um dos autores que propiciam elementos para responder a esta questão, argumentando que Habermas concebe, equivocadamente, o trabalho como uma esfera incapaz de prover normas morais. Para Honneth (2009), o trabalho é uma das fontes de identidade e reconhecimento social e a formulação de Habermas seria incapaz de atrelar reconhecimento e trabalho, porque a dimensão moral e normativa não estariam contidas nas possibilidades do trabalho. Portanto, pode-se entender que o potencial alienador que Habermas imputa ao Trabalho Social surge da impossibilidade da esfera moral e valorativa ser afetada pelo trabalho.

A crítica habermasiana da “centralidade” do trabalho não se limita à concepção filosófica da categoria. Adentra o plano da Política quando Habermas chancela a tese da diminuição da importância relativa do trabalho na vida contemporânea, não pelo enfoque do encolhimento do tempo destinado ao trabalho (voluntariamente pelo aumento da produtividade ou involuntariamente pelo aumento do desemprego), mas por um enfoque *sui generis*: o esgotamento das energias utópicas da modernidade, mais especificamente de “uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho” (HABERMAS, 1987, p. 105). Para Habermas, o trabalho

fornecera, antes das crises nos países do centro capitalista da década de 1970, uma perspectiva de superação dos limites e desafios colocados pela organização capitalista em moldes liberais.

Em que pesem algumas referências esparsas (e sempre críticas) às experiências socialistas do século XX, Habermas sustenta que tal superação estava verdadeiramente em curso com a cristalização da intervenção da Esfera Política na Economia, sob a forma do Estado de Bem-Estar Social (EBES), que mitigava os riscos sociais do assalariamento e provia uma elevação substancial da condição material mínima de vida para as sociedades do centro capitalista<sup>4</sup>, sob as condições i) da plena incorporação da população à condição de assalariamento, e ii) da busca de consenso entre capitalistas e trabalhadores com a intermediação do EBES.

A crise capitalista da década de 1970 inauguraria problemas de tal monta para a continuidade da acumulação de capital, nos moldes até então presenciados pelos países do centro capitalista, que produziria um esgotamento ou crise de legitimidade do EBES. A crise de acumulação engendra não só a impossibilidade do pleno emprego diante de taxas crescentes e persistentes de desemprego, mas também novos padrões de relação de trabalho que buscam a flexibilização e a fuga dos padrões de proteção proporcionados pelo EBES. Tal quadro, pelo lado dos trabalhadores, falsifica a promessa feita de “viver em liberdade, justiça social e crescente prosperidade”, e pelo lado capitalista, torna os padrões de compromissos e custos advindos do EBES inadmissíveis, quebrando a “coexistência pacífica entre democracia e capitalismo (...) assegurada através da intervenção estatal” (HABERMAS, 1987, p. 107). Inviabilizado a manutenção do EBES, cai por terra a utopia de um futuro melhor apoiado na sociedade do trabalho, inaugurando não um período de pós-modernidade

---

**4** “As condições de emprego reformadas conservam uma importância central também nesse projeto. Elas permanecem ponto de referência não apenas para as medidas de humanização de um trabalho que continua determinado de fora, mas sobretudo, para as indenizações compensatórias que devem contrabalançar os riscos básicos do trabalho assalariado (acidentes, doenças, perda de emprego, velhice desamparada).” (HABERMAS, 1987, p. 107).

apologética da expansão do capital, mas sim uma modernidade desprovida de quaisquer horizontes emancipadores.

É possível identificar em Habermas uma vertente de argumentação crítica a “centralidade” que adentra o debate sociológico, advogando mudanças qualitativas do Trabalho Social no capitalismo contemporâneo, nas quais a força de trabalho simples e não especializada foi deslocada da condição de referência para o desenvolvimento das forças produtivas, em favor da Ciência e do Trabalho que envolve a dimensão simbólico cognitiva, o que se desdobraria na perda de capacidade explicativa da TVT. Circunscrevendo a importância da TVT ao mero desvelamento da ilusão de liberdade representada pela instituição legal do contrato de trabalho livre assalariado, Habermas defende a supressão da vigência da TVT perante duas mudanças do último quarto do século XX. A primeira é a intervenção estatal keynesiana, não só regulando o ciclo econômico e consequentemente influenciando a distribuição do Trabalho Social, mas também coordenando investimentos em grande escala em Pesquisa e Desenvolvimento, fazendo da Ciência e Tecnologia as mais importantes fontes de produtividade e de produção (SILVA, 1995, p. 174). A segunda mudança decorre da ascensão da Ciência e Tecnologia à condição de principal força produtiva do capitalismo: a atividade humana envolta no manuseio desta força produtiva, que privilegia a dimensão do saber, da cognição e da manipulação simbólica, substitui a atividade simples e não especializada como referência para o desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras de Habermas:

Não faz sentido calcular o montante de capital investido em pesquisa e desenvolvimento com base no valor da força de trabalho simples, não especializada, quando o progresso científico-tecnológico se tornou uma fonte independente de mais-valia, em relação à qual a única fonte de mais-valia considerada por Marx – isto é, a força de trabalho dos produtores imediatos –, desempenha um papel cada vez menor. (HABERMAS, 1970, p. 107 *apud* SILVA, 1995, p. 174).

Tal interpretação habermasiana da TVT desemboca em uma tipologia histórica para a sociedade capitalista, sugerindo uma divisão sociotemporal entre um capitalismo liberal, no qual o trabalho manual não especializado e a configuração do Estado suportariam a vigência da TVT, seguido pelo período chamado de capitalismo tardio, marcado pela ascensão do trabalho marcadamente cognitivo e do Estado keynesiano (SILVA, 1995, p. 173).

A dimensão antropológica é outra que Habermas recorre ao criticar a "centralidade" do Trabalho. Ao empreender um reexame peculiar da noção de Modo de Produção como peça teórica central no método materialista histórico, Habermas questiona a capacidade explicativa do método em reconstruir o desenvolvimento social nos termos de uma série de uma sucessão de modos de produção (HABERMAS, 1983, p. 128), uma vez que tal interpretação apoiar-se-ia essencialmente na dimensão das forças produtivas e formas de cooperação e divisão social do trabalho. Nosso autor sustenta a incapacidade da dimensão das forças produtivas em determinar a sucessão de modos de produção, pois a divisão do trabalho não só não explicaria as formas mistas e as de transição (HABERMAS, 1983, p. 131), como também o aumento de complexidade dentro de um determinado modo de produção, a exemplo do capitalista. Partindo de um enfoque antropológico, Habermas empreende uma interpretação do desenvolvimento do primata ao Homem marcada pela articulação de mecanismos orgânicos/morfológicos e culturais, sendo que somente quando a evolução dos hominídeos passou a responder exclusivamente a fatores culturais é que surgiria o *Homo Sapiens*.

Após alçar a dimensão cultural à condição de marca exclusiva da espécie humana, Habermas prossegue examinando os fatores que a compõe. Um primeiro seria o trabalho socialmente organizado, a forma de reprodução material que constitui a economia, a qual não seria suficiente para responder pelo surgimento do *Homo Sapiens*, pois "não só os homens, mas já os homínidas se distinguem dos macacos antropóides pelo fato de

se orientarem para a reprodução através do trabalho social e de constituírem uma economia” (HABERMAS, 1983, p. 115). Ou seja, o Trabalho Social seria “adequado à tarefa de delimitar a forma de vida dos hominídeos com relação à dos primatas, mas não capta a reprodução especificamente humana da vida” (HABERMAS, 1983, p. 115). Sendo assim, dentro da dimensão cultural, em que recairia a condição de suficiência para a caracterização do *Homo Sapiens*? Habermas responde que esta tarefa é delegada à dimensão da linguagem e do agir comunicativo, realizando a complementação da economia de caça por uma estrutura social, das estruturas de trabalho pela linguagem.

Este breve balanço sugere que a crítica ao Trabalho Social é um dos grandes eixos da reflexão habermasiana (MAAR, 1999; 2000), mostrando-se presente em diferentes frentes e perspectivas por toda sua obra: o caráter alienante na filosofia, a perda da capacidade emancipatória na política, a centralidade de um novo tipo de trabalho, essencialmente imaterial e simbólico, na dimensão sociológica, e o caráter singular da linguagem no âmbito antropológico.

Em que pese o enfoque transdisciplinar da crítica habermasiana à “centralidade” e à TVT, vários pontos de sua argumentação apresentam limites teóricos e históricos que abordaremos a seguir.

## DAS CRÍTICAS À CENTRALIDADE E À TEORIA DO VALOR DE TRABALHO

Pode-se argumentar que toda a crítica habermasiana ao Trabalho Social assenta-se em dois pressupostos filosóficos interligados: a propensão intrínseca do Trabalho Social à alienação, e a capacidade exclusiva de realização e emancipação humana residente na dimensão intersubjetividade/comunicação. Tais pressupostos implicam uma crítica à noção de “centralidade” do trabalho porque este último desdobra-se em uma subjetividade alienada, que barra as possibilidades de emancipação humana.

A fundamentação filosófica da crítica habermasiana ao trabalho apresenta duas limitações. A primeira decorre da capacidade imputada à intersubjetividade comunicativa de conseguir superar a alienação do trabalho. Existe a possibilidade da própria intersubjetividade, por constituir-se essencialmente um processo social, também sofrer um processo de alienação. Mas Habermas considera-a, a nosso ver, imune à alienação pelo fato dela portar o potencial de superação dessa. Portar a capacidade de debelar a alienação não implica que as condições de sua realização estejam dadas de antemão, ou seja, que a própria intersubjetividade não possa apresentar-se alienada. Somente ao resolver sua própria alienação, a intersubjetividade estaria em condições de contribuir para a superação da mesma no Trabalho Social.

A segunda limitação é a interpretação da impossibilidade ontológica de superação da alienação dentro ou pela própria dimensão do trabalho. O postulado da necessária interferência da intersubjetividade na superação da alienação no trabalho não invalida o fato de que "o próprio plano da interação é mediado socio-historicamente nos termos da produção material" (MARR, 2000, p. 34), ou seja, a intersubjetividade/interação, na busca de superar a alienação, sofreria influências do próprio Trabalho Social, uma vez que deste proveria parte dos valores morais e do suporte material de uma certa sociedade, os quais estabelecem as possibilidade e limites da intersubjetividade em um momento histórico.

É certo que a concepção filosófica habermasiana apoiada no binômio trabalho alienado/comunicação libertadora embasa a crítica, em outras dimensões, que Habermas tece à centralidade do trabalho. Exemplo disso é a discussão antropológica do papel do Trabalho Social na constituição do gênero humano. Habermas defende uma divisão, a nosso ver, artificial e pouco sustentável, entre trabalho e linguagem no surgimento do *Homo Sapiens*. Enquanto a argumentação do autor defende a precedência da última sobre o primeiro na gênese da espécie humana, parece-nos que é a unidade das partes, e não a atuação

isolada delas, a responsável pela constituição do gênero especificamente humano. Somente a peculiar concepção filosófica de Habermas explica a opção analítica do autor em subordinar o trabalho à linguagem.

No plano político, a forma habermasiana de chancelar a tese de diminuição da importância relativa do trabalho na vida contemporânea, constata um esgotamento da utopia emancipatória da sociedade do trabalho. Habermas considera que a classe trabalhadora fora portadora de certo potencial emancipador durante a modernidade e que deixara de ser, pois as limitações materiais da vida ficaram repostas a partir da crise estrutural da década de 1970. Ora, isso mostra que o autor não encarava que a classe trabalhadora trazia um potencial revolucionário intrínseco, como faz o marxismo, mas sim que a classe trabalhadora era um importante ator que conseguiu direcionar, durante um bom tempo, as energias do verdadeiro portador de possibilidades revolucionárias na modernidade, o capital. Este ponto perpassa a reflexão de Habermas e nunca é tratado de forma explícita pelo autor.

O papel preponderante conferido ao capital por Habermas também se apresenta na identificação do EBES com a forma de manifestação superior da utopia emancipatória da sociedade do trabalho. Ao interpretar o Estado como uma instância imune, ou quase neutra, em relação ao conflito capital e trabalho, e encarar a intensificação deste conflito, sob a égide da crise capitalista, responsável pelo esgotamento das possibilidades emancipatórias da modernidade, nada mais faz que sublinhar a importância que Habermas confere ao capital como verdadeiro agente histórico.

Em que pese a correção das críticas de Habermas às experiências socialistas do século XX<sup>5</sup>, a identificação da crise capitalista como responsável pelo esgotamento das perspectivas

---

**5** Dentre elas, merece destaque a constatação de que a abolição da propriedade privada dos meios de produção não leva necessariamente ao controle da produção material pelos trabalhadores livremente associados.

emancipatórias do trabalho requer, necessariamente, uma crítica referenciada em um horizonte não capitalista, atitude ausente em Habermas, sob pena de transfigurar-se em afirmação, defesa e apologia de uma volta ao passado (EBES).

No debate sobre a mudança qualitativa do trabalho, Habermas assume que o capitalismo tardio seria marcado pela ascensão da dimensão simbólica e cognitiva, ligada à domesticação da Ciência e Tecnologia, alçadas ao *status* de principal força produtiva em nossa sociedade. Tal visão privilegia a dimensão das forças produtivas, mais especificamente a ascensão da tecnologia digital e do campo simbólico na conformação dos processos produtivos, em detrimento das relações de produção, ou melhor, do papel de reforço da submissão, controle e aumento da produtividade do trabalho que a Ciência e a dimensão imaterial produzem sobre o trabalho. Ou seja, nesses moldes, Ciência e trabalho imaterial aprofundam as relações capitalistas e não trazem novas perspectivas emancipatórias.

A abordagem de Habermas também acaba por considerar a existência de uma certa disjunção na atividade laborativa, entre o simbólico e o físico/material, deixando a entender que determinados tipos de atividades humanas (leia-se trabalho manual não especializado) seriam desprovidas da dimensão simbólica/cognitiva, posição duramente contestada por estudos como o de Lévi-Strauss (1976) que foca as chamadas "sociedades primitivas" e mostra que as mais simples e rotineiras atividades são precedidas de um imenso acúmulo simbólico/cognitivo, mesmo que em registros distintos ao comumente usado pela "sociedade moderna".

Uma leitura atenta das críticas filosóficas, políticas, antropológicas e sociológicas de Habermas à "centralidade" do trabalho e à TVT deixam à mostra uma elaboração teórica que desemboca em um interessante pessimismo para com o futuro da emancipação humana: o trabalho é incapaz de superar a alienação; o capital não abre mais brechas para novos acordos; o EBES não

tem mais espaço para sequer mediar os conflitos entre trabalho e capital. Ciência e trabalho imaterial não conseguem ultrapassar os limites dados pelas demais dimensões e ainda reforçariam a perda da “centralidade” do trabalho. O Homem mostra-se enjaulado na modernidade sem energias transformadoras. Com isso, a procura de uma dimensão que consiga superar estes entraves é um desdobramento lógico da formulação de um autor preocupado com a emancipação humana, e a esfera comunicativa passa a se mostrar como a única opção.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível a importância da reflexão crítica filosófica, política e sociológica habermasiana dirigida, direta ou indiretamente, à “centralidade” do trabalho e à TVT. A propensão à alienação, o esgotamento das energias utópicas da sociedade do trabalho, o papel do simbólico/cognitivo no desenvolvimento das forças produtivas e o aporte decisivo da linguagem na gênese do gênero humano, mostram que Habermas desenvolveu, ao longo de sua obra, uma agenda de pesquisa cuidadosamente construída e articulada no embate à “centralidade” do trabalho.

Marcada pelas perspectivas do contexto histórico de sua elaboração proporcionava – a crise capitalista da década de 1970 – a crítica de Habermas encontrou na atualidade uma realidade histórica com elementos que sugerem, ao menos em parte, a relativização de vários argumentos usados pelo autor no debate da “centralidade” do trabalho.

A proletarianização de um imenso contingente populacional no processo de desenvolvimento do leste europeu e sudeste asiático elevou o número mundial de trabalhadores e assalariados, os quais, junto aos trabalhadores de outras partes do mundo, passam a enfrentar processos conjuntos de intensificação do trabalho, aumento de jornadas e formas de relação trabalhistas precárias e instáveis. Tal quadro recoloca a “centralidade”

do trabalho, pois é esta dimensão que passa a determinar, sob os parâmetros citados, as possibilidades de vida desse grande contingente social.

Verifica-se, em perspectiva histórica, que, por onde o trabalho é enquadrado aos parâmetros da concorrência internacional de capitais, impera um componente de conflito que a noção habermasiana de intersubjetividade comunicativa não contempla.

A forma de EBES, tão cara a Habermas, nunca se apresentou na periferia capitalista e mostra-se cada vez mais restrita nos próprios países do centro, que passam a égide da chamada flex-segurança. Todas sociedades que passam pelo aumento da proletarianização e da centralidade do trabalho buscam formas políticas sem paralelo com o EBES. As experiências bolivarianas da América do Sul e as formações da burocracia dirigente chinesas e indiana são algumas delas, buscando a superação das restrições materiais fora do paradigma do EBES.

A própria presença do trabalho imaterial neste novo mundo do trabalho, seja no centro ou na periferia, é controversa. O número de trabalhadores envolvidos diretamente com tais dimensões não parece, pelo menos ainda, ser tão expressivo. Ademais, a manipulação simbólica envolvida na concepção e no desenho de vários produtos, a exemplo de vestimentas ou equipamentos eletrônicos, acaba por realizar-se via "trabalhadores assalariados manuais não qualificados" que se encontram, muitas vezes, sob condições similar ao escravo ou em condições degradantes de trabalho. Ou seja, a Teoria do Valor Trabalho modifica sua forma, mas não sua vigência, algo inconcebível para Habermas.

Tal quadro coloca um desafio para aqueles que frequentam o edifício teórico habermasiano: seria possível sustentar as críticas de Habermas, mantendo os pressupostos filosóficos, políticos, sociológicos e antropológicos que fundamentam a crítica à "centralidade" do trabalho nos novos tempos? Este é um debate que nos parece estar apenas no início.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOLEY, Dunckan. Recent Developments in the Labor Theory of Value. *Review of Radical Political Economics* 32, March 2000, p. 1-39.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado - para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HABERMAS, Jurgen. Trabajo e interacción. Notas sobre la filosofía hegeliana del período de Jena. In: HABERMAS, Jurgen. *Ciencia y técnica como ideología*. Madrid: Tecnos, 2001.
- \_\_\_\_\_. Marx's metacritique of Hegel: Synthesis through social labor. In: HABERMAS, Jurgen. *Knowledge and human interests*. Boston: Beacon, 1972. 356 p.
- \_\_\_\_\_. *Toward a Rational Society: Student Protest, Science and Politics*. Boston, Beacon Press, 1970.
- \_\_\_\_\_. Para a reconstrução do materialismo histórico. In: HABERMAS, Jurgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. 247 p.
- \_\_\_\_\_. A nova transparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. São Paulo. *Novos Estudos CE-BRAP*, v. 18, 1987, p. 103-114.
- HERSCOVICI, Alain. Conhecimento, capitalismo imaterial e trabalho: alguns elementos de análise. *UNIrevista*, v. 3, n. 1, jul. 2006, p. 1-12.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 291 p.
- JAROS, Stephen; SELLS, Laura. Jacques's (2000) Call for a Knowledge Theory of Value: Implications for Labor Process Theory. *Electronic Journal of Radical Organization Theory*, v. 8, n. 1, out. 2004, p. 3.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MAAR, Wolfgang Leo. O 'primeiro' Habermas: 'trabalho e interação' na evolução emancipatória da humanidade. *Trans/form/ação*, v. 23, n. 1, 2000, p. 69-95.
- \_\_\_\_\_. Habermas e a questão do trabalho social. *Lua Nova*, n. 48, 1999, p. 33-61.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria sociológica chave. In: SILVA, Tarcila Luzia e BARBIERI, José Carlos. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

SILVA, Josué Pereira. A crise da sociedade do trabalho. *Lua Nova*, n. 35, 1995, p. 167-181.

## RESUMO

O objetivo do texto é resgatar as críticas dirigidas à “centralidade” do trabalho e à Teoria do Valor Trabalho presentes na reflexão do sociólogo Jurgen Habermas, abarcando seu debate filosófico sobre o Trabalho Social e sua abordagem singular da diminuição da presença do trabalho na vida cotidiana, da ascensão da dimensão simbólica e cognitiva nas atividades laborais, e do papel do trabalho na constituição histórica do gênero humano.

*Palavras-chave:* Teoria do Valor, Habermas, Trabalho.

## RESUMEN | LA CRÍTICA DE LA “CENTRALIDAD” DEL TRABAJO Y DE LA TEORÍA DEL VALOR TRABAJO EN HABERMAS

El objetivo es rescatar las críticas dirigidas a la “centralidad” del trabajo y la Teoría del Valor Trabajo en la obra de Jurgen Habermas, que cubre su debate filosófico sobre el Trabajo Social y su enfoque en la reducción del trabajo en la vida cotidiana, el aumento de la dimensión cognitiva y simbólica en actividades de trabajo, y el papel del trabajo en la constitución histórica del género humano.

*Palabras clave:* Teoría del Valor, Habermas, Trabajo.

ABSTRACT | THE CRITICISM OF LABOR "CENTRALITY" AND  
LABOR VALUE THEORY IN HABERMAS

This paper aims to rescue the criticism directed to the "centrality" of labor and the Labor Value Theory in Jurgen Habermas work, covering its philosophical debate about the Social Work and its approach of reducing the presence of work in everyday life, the rise of cognitive and symbolic dimension in work activities, and the role of labor in the historical constitution of human gender.

*Keywords:* Value Theory, Habermas, Labor.